

Revista de Estudos Eleitorais

Recife | Volume 2, Número 3, jul. 2018.

ISSN 2594-3677



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
Edifício Antônio Camarotti



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL
Des. Virgílio Marques Carneiro Leão
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

RENOVAÇÃO POLÍTICA OU CAMUFLAGEM ELEITORAL? UM RAIO-X DA “NOVA” POLÍTICA BRASILEIRA¹

André Régis²

Aline Santa Cruz³

Myllena Santos⁴

Renato Hayashi⁵

1 Artigo recebido em 07/06/2018 e aprovado para publicação em 14/07/2018

2 Advogado, Cientista Político, Master of Arts (M.A.), Doctor of Philosophy (Ph.D.) em Ciência Política da New School for Social Research de Nova York e Doutor em Direito pela UFPE, Professor da UFPE e Vereador da Cidade do Recife.

3 Graduanda em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais pela UFPE

4 Graduanda em Ciência Política pela UFPE.

5 Advogado, Cientista Político, Professor da UFPE, Coordenador da Pós-graduação em Direito Eleitoral de Pernambuco, Mestrando em Políticas Públicas pela UFPE e Especialista em Direito e Processo do Trabalho.

RENOVAÇÃO POLÍTICA OU CAMUFLAGEM ELEITORAL? UM RAIO-X DA “NOVA” POLÍTICA BRASILEIRA

André Régis
Aline Gabriela Santa Cruz
Myllena Santos
Renato Hayashi

RESUMO

Há renovação na política brasileira? Este artigo tem o objetivo de analisar os principais movimentos surgidos nos últimos anos, assim como os partidos políticos que mudaram o registro do seu nome, buscando averiguar se eles propõem de fato uma renovação política, ou sua mudança é apenas uma forma de camuflagem eleitoral. A conclusão é no sentido de que apesar das organizações políticas e os partidos políticos se apresentarem como nova política, de fato, não há nenhuma novidade efetiva, resultando numa camuflagem eleitoral.

Palavras-chave: Partidos Políticos; Movimentos Políticos; Renovação Política; Camuflagem Eleitoral.

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário político brasileiro e internacional de perda de credibilidade dos partidos políticos, muito se argumenta em torno da sua real função democrática. Nas últimas décadas, em decorrência do grande número de escândalos políticos envolvendo lideranças partidárias, seja de direita ou esquerda, ocasionou, assim, um grande questionamento se os partidos ainda são capazes de se conectarem com os eleitores e representarem os grupos sociais, ou se tal função, no presente momento democrático, está sendo atribuído aos movimentos políticos, como Acredito, Agora! e a Bancada Ativista.

Partindo dos pressupostos teóricos de Mainwaring, Brinks e Pérez-Liñán (2001), a democracia é um regime político: (a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos

políticos; (d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil. Essa descrição minimalista procedimental contrasta com aquelas não-procedimentais, como a de Bollen (1980; 1991), e com as (procedimentais submínimas, como as de (1947) que enfatiza que o método democrático é o arranjo institucional para tomar decisões políticas no qual indivíduos adquirem o poder de decidir por intermédio de uma disputa competitiva pelo voto do povo. Na mesma linha, Przeworski et al (2000), afirma que países democráticos são os que o presidente da República e os membros do Legislativo são eleitos, onde há mais de um partido e alternância de poder.

Os partidos políticos são instituições importantes para a existência e funcionamento dos modelos democráticos (KINZO, 2005), tendo entre tantas atividades, a função de estruturar a competição política, bem como as opções de *public policy*¹ e, fundamentalmente, promover sustentabilidade aos sistemas de governo mediante formação de bases governamentais e opositoristas. (PAIVA et al., 2007).

Sartori (1962) vai além, afirmando que os partidos são necessários, visto que, sem os mesmos seria impossível do povo exprimir sua vontade de modo eficaz. Para tanto, a democracia é definida como um sistema partidário, pois, se não houvesse dois ou mais partidos, o povo não teria quaisquer alternativas eleitorais para fazer sua escolha, e em consequência, não poderia expressar efetivamente seu consentimento ou desaprovação.

Identificação Partidária é uma medida usada para avaliar a amplitude da conexão entre partidos e eleitores (DALTON et al, 2003; MACKUEN & RABINOWITZ, 2003). Esse conceito tornou-se o principal fator teórico na explicação do comportamento eleitoral dos americanos e um paradigma na análise da estabilidade do sistema partidário durante as décadas de 50 e 60 (DALTON et al, 2003, WATTENBERG, 1982). No entanto, o declínio das taxas de partidarismo, juntamente com o aumento das tendências antipartidárias, a partir da década de 70 nas chamadas democracias consolidadas, levaram muitos analistas a revisarem a ideia da identificação partidária como fator explicativo

1 Política pública

do voto, bem como a certo consenso acadêmico sobre a decrescente importância dos laços entre partidos e eleitores nessas democracias (DALTON et al, 2003; DALTON & WATTENBERG, 2000; WEBB et al, 2002; GUNTHER et al, 2002; DIAMOND & GUNTHER, 2001).

Vale ressaltar ainda, que a média de identificação partidária nas democracias consolidadas vem diminuindo gradativamente nas últimas décadas (DALTON et al, 2003), em um processo de escala global que também atinge as novas democracias (DALTON & WELDON, 2007), sobretudo em função do impacto crescente das mídias digitais e da centralização das campanhas na imagem dos candidatos.

Ao observar o Brasil, nota-se que nos últimos anos, o debate partidário recebeu um grande adicional na discussão. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, no século XXI foram criados 11 partidos, como o Partido Novo e o Solidariedade. Junto com o aparecimento de novos partidos, surgiram os movimentos políticos como o Movimento Acredito, e a mudança de nome dos partidos tradicionais, como o caso do Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) que passou a ser nomeado de Movimento Democrático do Brasil (MDB).

Em contrapartida, observamos as organizações sociais desempenhando o que Duverger (1967) destacou ser o papel dos partidos políticos:

em um primeiro momento é visualizado como ente aglutinador de indivíduos politicamente dispersos, mas que, em um segundo momento, consolida-se como um modelo de organização centralizada e absoluta.

Amaral (2013), destaca que os partidos utilizam as organizações, como sindicatos, grupos religiosos, etc, com o intuito de criarem vínculos eleitorais. Em contrapartida, as organizações da sociedade civil desempenham o papel de intermediários entre a sociedade e os partidos políticos e auxiliam na agregação de interesses. Sendo assim, as organizações podem ser totalmente independentes e sua associação estar vinculada à consecução de objetivos comuns, ou completamente vinculada a eles, contando, inclusive, com

uma superposição completa de membros e liderança.

Em contrapartida, os movimentos sociais não apenas “transmitem” os interesses eleitorais que favorecem os partidos, mas atuam em prol de suas demandas, criando estratégias à arena partidária, fortalecendo possíveis candidatos políticos e se aproximando do povo por meio de eventos sociais. Desse modo, tem sido a trajetória dos movimentos políticos brasileiros, que camuflados de organizações e aproveitando a baixa credibilidade partidária, estão exercendo o papel dos partidos políticos.

Para tanto, o artigo está dividido da seguinte maneira. A seção seguinte se refere ao desenvolvimento, onde serão apresentados uma vasta análise acerca da mudança da alteração de nomenclatura dos partidos, assim como o surgimento dos movimentos políticos que surgiram no cenário democrático brasileiros. Por fim, serão apresentadas as conclusões extraídas através de análise empírica e literária.

Metodologicamente, vale ressaltar uma dificuldade existente na presente pesquisa: a falta de literatura específica sobre o caso brasileiro, o que aumenta a responsabilidade na elaboração do presente texto.

2 UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DA “NOVA” POLÍTICA

Desde 1995, com a alteração da Lei dos Partidos Políticos, não se faz necessário o uso da nomenclatura “partido” nos nomes das agremiações políticas. Sendo, assim, muito antes da instauração da atual crise de representação política brasileira, o Partido da Frente Liberal (PFL) virou o Democratas (DEM) em 2007.

No entanto, o “rebranding”², ou a mudança dos nomes dos partidos, tem se tornado uma tendência mundial em meio a queda da confiança nas instituições. O Relatório Latinobarômetro (2016)³ demonstrou que os partidos políticos caíram três pontos percentuais no indicador de confiança, de 20% para 17% na América Latina, ficando para trás de outras instituições como as Forças Armadas e Polícia, Igreja, Instituições Eleitorais, Governos,

² Mudança de marca

³ <http://www.latinobarometro.org/lat.jsp>

Poder Judiciário e Congresso.

O artifício para ganhar uma sobrevida nas próximas eleições é uma estratégia de marketing político, que tem como objetivo “mudar a embalagem e não mudar o conteúdo”, sendo também, o mesmo subterfúgio que o mercado utiliza sempre que uma empresa almeja se modernizar ou tem problemas com seus clientes, a fim de se reposicionar. Assim, desenvolvemos uma breve análise sobre tal fenômeno.

O primeiro partido a ser adepto a tendência foi o Partido Trabalhista Nacional (PTN), um dos partidos mais antigos do país, fundado originalmente em 1945, passando a se chamar oficialmente de Podemos. Almejando minimizar sua crise de popularidade, o referido partido, que inclusive no ano de 1961 teve o político Jânio como Presidente, optou pela alteração de sua nomenclatura visando, assim, se afastar da baixa credibilidade vinculada ao termo partido e consequentemente, aderir novos políticos e filiados.

Com a ideia de mudança de nome, novos deputados aderiram na nova legenda, e agora são 14 deputados federais e dois senadores. Nessa nova fase, Alvaro Dias, nome tradicional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), será o candidato à Presidência pelo Podemos, adotando, inclusive, a expressão “mudar o Brasil” logo após o nome do partido, e definindo o Podemos como um movimento, não um partido.

Apesar de ter o mesmo nome do partido espanhol ‘Podemos’, surgido em 2014 a partir de manifestações de rua liderado pelo cientista político Pablo Iglesias, o novo PTN não apresentará nenhuma ligação com o partido, alegando apenas ser uma coincidência quanto ao nome. Renata Abreu, presidente do partido, afirma que o nome foi inspirado na campanha do presidente Barack Obama em 2008 “Yes, we can”, que significa “sim, nós podemos” em português.

Um fato a ser ressaltado, é que segundo Abreu, o partido não terá nenhuma linha ideológica definida, sendo um partido “nem de esquerda, nem de direita”⁴, alegando que esse tipo de divisão está superada, pois, segundo ela, as pessoas se movem em torno de causas,

que mudam de tempos em tempos, e não em torno de uma ideologia estagnada. Esse tipo de afirmação já foi vista recentemente por fundadores de outros partidos, como o caso de Gilberto Kassab, fundador do Partido Social Democrático (PSD), que também alegou que a legenda não seria de direita, nem de esquerda, nem de centro, e sim “um partido que terá um programa a favor do Brasil”, ficando claro que os partidos estão buscando se afastar do tradicional espectro ideológico para superar o atual momento de perda de credibilidade dos partidos políticos, assim como, uma alternativa para agregar diferentes posicionamentos e filiados.

Da mesma forma, depois de 28 anos com a definição de “Partido Trabalhista do Brasil” (PTdoB), a legenda passa a se chamar Avante. A explicação, segundo Luís Tibé, presidente do partido, é que o nome vai incorporar os “verdadeiros ideais” do partido.

Os dirigentes do partido alegam que a troca do nome tem o objetivo de mostrar ao eleitor que, embora o país esteja atravessando por uma fase muito negativa no país, a política está passando por uma renovação, e que o nome foi escolhido para inspirar e dialogar com a população. De acordo com Tibé, o novo nome convida a população à ação, ele afirma que “Temos que estreitar os laços entre os cidadãos e as instituições políticas e nosso antigo nome não representava mais os nossos verdadeiros ideais”⁵. Ainda segundo o parlamentar, o objetivo do Avante é lutar por um país economicamente próspero e socialmente justo.

Embora a cúpula partidária tenha afirmado que as mudanças no partido não se limitaram ao nome, e que internamente os filiados estariam estudando novas formas para se fazer uma nova política no Brasil, muitos afirmam que o objetivo da legenda se resume em tirar o ‘PT’ do nome após o desgaste do Partido dos Trabalhadores, reafirmando a teoria de que a mudança do nome do partido não significa, de fato, uma renovação política, e sim apenas um rebranding⁶.

Por fim, no final de 2017, mais um partido

5 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/05/02/interna_politica,866452/ptdob-muda-de-nome-para-estrear-lacos-com-povo.shtml

6 Mudança de marca

4 Disponível em: http://www.blogdomagno.com.br/ver_post.php?id=168976&pagina=7292

aderiu à mudança de nomenclatura. Os integrantes do PMDB aprovaram a mudança do nome da legenda, com a retirada da letra “P”, que significa partido. Sendo assim, a legenda volta a ser chamada pelo nome original: Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que foi criado em 1966, para fazer oposição à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido base da ditadura militar. Naquela época, com o fim do bipartidarismo, em 1979, a reorganização do quadro partidário e fez o MDB virar PMDB.

O presidente da legenda, senador Romero Jucá, anunciou a alteração do nome com o objetivo de “ganhar as ruas”. Segundo ele, “O MDB seguirá no rumo da mudança que nos transformará novamente em um grande e novo movimento. Não é uma volta para o passado, mas um passo gigantesco para o futuro”⁷.

A retomada da sigla MDB faz parte de uma estratégia de diminuir o desgaste da política partidária e do PMDB na sociedade. Apesar dos peemedebistas serem alvo de investigações em escândalos de corrupção, inclusive entre vários integrantes da cúpula do partido, incluindo o senador Romero Jucá, ele afirma que a volta ao MDB não tem a intenção de “esconder” eventuais irregularidades relacionados ao partido.

Nesta pretendida ‘nova fase’ da legenda, está a de recordar a imagem de ilustres figuras, como Ulysses Guimarães e Teotônio Vilela, protagonistas da luta pela redemocratização do país. Além disso, foram propostas algumas adequações no estatuto partidário para incorporar as mudanças feitas na legislação com a aprovação da reforma política, mas, não houve, de fato, uma mudança estrutural e significativa do conteúdo do estatuto.

Além dos partidos que já tiveram seus nomes deferidos pelo TSE, outras requisições para mudança do nome do partido estão em trâmite. Nelas, estão o Partido Social Democrata Cristão (PSDC), que quer se chamar Democracia Cristã (DC); o Partido Ecológico Nacional (PEN) quer mudar para Patriota (PATRI); o Partido Progressista (PP) quer se chamar só Progressistas, mas mantendo a sigla PP; e o Partido Popular Socialista (PPS), que pretende se chamar “Movimento 23”.

Assim, em decorrência da crise de representação do atual sistema partidário e da descrença nos políticos, agravada pelos casos de corrupção descobertos pela Lava Jato, diversos movimentos têm surgido no intuito de renovar a política brasileira. Dentre eles, destacam-se o Acredito, Agora!, Bancada Ativista, Brasil 21, Livres, MBL, RAPS e RenovaBR. Em comum, todos buscam mudar a política atual e reconectá-la com os cidadãos, porém de maneiras distintas.

O Agora! é tido como um movimento da sociedade civil sem vinculação partidária que busca a reinvenção da política a partir dos cidadãos comuns. Dos grupos de renovação, é um dos mais estruturados, já possuindo um conjunto de propostas de políticas públicas. Por não ser partido político, o grupo não pode lançar candidaturas, entretanto, alguns de seus membros estão dispostos a se filiar a partidos para concorrer já nas eleições de 2018. Segundo Fernando Henrique Cardoso, em reportagem da revista Época, “O novo na política, como diz o ex-primeiro-ministro inglês Tony Blair, precisa ser uma mistura de Vale do Silício com Partido Trabalhista inglês. O Agora! já é isso, mas eles ainda não sabem”⁸. Até o mês de outubro de 2017, o grupo era financiado exclusivamente com doações de seus próprios membros. Posteriormente passou a captar doações de pessoas físicas e entidades sem fins lucrativos.

O Acredito, por sua vez, busca tornar a política mais compreensível e acessível a todos os brasileiros, reduzindo as barreiras de entrada na mesma. Fundado em 2017 por três jovens oriundos da Universidade de Harvard, o movimento atua de três formas: mobilização constante e engajamento, criação de conteúdo que traduza a política para o dia a dia dos brasileiros, e apoio a uma nova geração de lideranças. O Acredito defende ainda o fim da polarização e de simplismos no debate político, rejeitando a velha classificação entre os pólos ideológicos esquerda e direita.

Criado em outubro de 2017, o RenovaBR busca renovar a política brasileira por meio do apoio a candidaturas de novas lideranças. Os selecionados pelo programa recebem bolsa de estudos e capacitação sobre conhecimentos de

7 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/pmdb-aprova-mudanca-de-nome-e-passa-a-ser-chamado-mdb.ghtml>

8 Disponível em: <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/06/eles-querem-mudar-politica.html>

campanha, comunicação, autoconhecimento, economia, ciência política e desafios do país. Ademais, possuem à disposição mentores e ferramentas de estratégia, mídias digitais e mídias tradicionais.

De São Paulo, o Bancada Ativista, diferentemente dos demais movimentos, em vez de procurar entrar num partido, acolheu candidatos já filiados a duas legendas: Rede e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Na eleição municipal, o grupo apoiou nove candidatos a vereador, dos quais apenas um era um homem branco, ou seja, na condição de “pessoa privilegiada”. O movimento ofereceu assessoria jurídica e de imprensa, discutiu um código de ética e promoveu formas criativas de divulgar seus representantes. Além disso, conferiu credibilidade e atuou como um selo qualificador aos seus de candidatos, algo que originalmente é função dos partidos políticos. Em 2016 elegeu na cidade de São Paulo a vereadora Sâmia Bomfim, do PSOL.

Já o MBL (Movimento Brasil Livre) é um grupo político criado no final de 2014 por críticos ao governo da então presidente Dilma Rousseff (PT), que ganhou projeção nacional ao coorganizar os protestos contra a corrupção e o PT nos anos seguintes.

O MBL defende uma agenda liberal na economia e conservadora nos costumes, como no combate a políticas de cotas raciais e a pautas do movimento LGBT, sendo a internet o meio mais utilizado para expor suas posições. Em 2016 elegeu Fernando Holiday vereador de São Paulo pelo DEM. Esse ano, Kim Kataguirí, um dos fundadores do movimento, visa concorrer ao cargo de deputado federal pela mesma sigla. O grupo projeta a eleição de 15 deputados e deve apoiar a candidatura do empresário Flávio Rocha à Presidência, pelo PRB, partido ligado à Igreja Universal.

O Livres se configura como um movimento liberal, tanto na economia como nos costumes, cujo objetivo é desenvolver novas lideranças, políticas públicas e projetos de impacto social. Nascido no Partido Social Liberal (PSL), o grupo pretendia renovar o partido organicamente, de baixo para cima. Contudo, a entrada de Jair Bolsonaro na legenda ocasionou a saída do Livres do partido. Atualmente, o movimento atua de forma suprapartidária, com candidaturas através de partidos políticos

que tenham se comprometido aos seus ideais de liberdade.

Fundada em 2012, a RAPS (Rede de Ação Política pela Sustentabilidade) visa o aperfeiçoamento do processo político e da qualidade da democracia brasileira por meio da formação de lideranças políticas comprometidas com os valores da ética, transparência e sustentabilidade. Suprapartidária, a RAPS possui membros dos mais diversos partidos e também não filiados, com o compromisso em integrar lideranças de diversos matizes ideológicos alinhadas com tais valores. Ademais, se propõe a ser um dos principais centros de atração e capacitação de lideranças políticas, apoiando, portanto, a candidatura de seus membros. Atualmente, conta com mais de 600 membros em sua rede por todo o país e em mais de 20 partidos, sendo 119 com mandatos, incluindo 2 governadores, 2 senadores, 16 deputados federais, 10 deputados estaduais, 15 prefeitos, 6 vice-prefeitos e 51 vereadores. São previstos na rede mais de 200 pré-candidatos para as eleições gerais de 2018.

Por fim, o Brasil 21 é um instituto dedicado à inovação da democracia e à construção de políticas públicas progressivas com base em evidências e desenvolvidas com as comunidades locais. Prezam pela interdisciplinaridade e diversidade de seus colaboradores, os quais são oriundos de diferentes regiões, gerações e classes sociais. O grupo surgiu no Rio de Janeiro, com o projeto do Parque Sitiê, na favela do Vidigal. Acreditam ser fundamental para o desenvolvimento do país a qualificação da política e a constante renovação de seus quadros. Assim, disponibilizam suas pesquisas e projetos para todos os movimentos e organizações políticas de forma apartidária. Além disso, nas eleições 2018 o movimento irá apoiar candidatos Ficha Limpa alinhados com sua agenda progressista, por meio do compartilhamento de ferramentas, dados e pesquisas. Nas palavras de Pedro Henrique Cristo, presidente do Instituto, o foco é trabalhar “integrando e apoiando pessoas éticas e técnicas, da esquerda, direita e o centro por uma agenda comum pelo avanço do Brasil”⁹.

⁹ Disponível em: <https://mundobrasil21.com.br/instituto/>.

em: <https://mundobrasil21.com.br/>

3 A NOVA POLÍTICA COM O MESMO CONTEÚDO

Observando os casos acima, é possível observar que partidos não querem ser identificados como partidos, agindo muitas vezes como se fosse um produto, deixando de lado suas ideologias, e seus projetos de políticas públicas. Além disso, a mudança de nome de alguns casos pode ser equivocada, à medida que sua história, suas memórias, e seus militantes co

mpõem a identidade do partido, o que acarreta em negar sua ideologia e podendo acabar perdendo a identidade. Com base nisso, é visto que não basta querer mudar, é preciso saber propor as mudanças de acordo com as necessidades da população e ter a credibilidade necessária para isso.

Não obstante a alteração de nome das legendas políticas, nota-se pouca mudança de fato. Ademais, segundo dados do Transparência Partidária, a taxa de renovação dos dirigentes nacionais dos partidos, em uma década, foi de apenas 25%. Em resposta à esse cenário é que surgem os movimentos de renovação como, dentre outros, o Agora!, o Acredito e o Livres. De acordo com o cientista político Carlos Melo, em entrevista à revista Época, o desprestígio da atividade política fez com que os jovens dos últimos 30 anos tenham se afastado da atividade. Em meio à grave crise política e de representação atual, porém, eles voltam à arena política com movimentos de renovação, no intuito de influir na agenda política e oxigenar a gestão pública. Ainda segundo Melo, ainda não surgiu no cenário brasileiro uma geração que tenha se consolidado como resposta para a crise, entretanto, com esses novos movimentos a resposta pode surgir.

Diante de tal cenário brasileiro, a literatura aponta para uma nova fase dos partidos políticos, no entanto, com a presença dos movimentos sociais. Em contrapartida, o cenário político aponta a reforma política como uma direção para a renovação partidária. Argumentando, assim, que por meio dela haveria uma superestrutura jurídica para fortalecer as mudanças e não apenas uma

camuflagem eleitoral.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Oswaldo E. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista debates: revista de ciências sociais**, v. 7, n. 2, 2013.

BOLLEN, Kenneth A. Issues in the comparative measurement of political democracy. **American Sociological Review**, v. 45, n. 3, p. 370-390, jun.1980.

BOLLEN, Kenneth A. and B. D. Grandjean. The dimension(s) of democracy: Further issues in the measurement and effects of political democracy. **American Sociological Review**, v. 46, n.5, p. 651-659, out.,1981.

DALTON, R.J. & WATTENBERG, M. Parties Without Partisans – Political Changes . **Advanced Industrial Democracies**. New York: Oxford University Press, 2000.

DALTON, R.J.; MACLISTER, I. & WATTENBERG, M. P. “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”. **Análise Social**, v. XXXVIII, n.167, p. 295-320, 2003.

DALTON, R.J. & WELDON. “Partisanship and party system institutionalization”. **Party Politics**, v.13, n. 2, p.179-96, 2007.

DUVERGER, Maurice. **Os Partidos Políticos**. 6. ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

GUNTHER, R. et al, Political Parties: **Old Concepts and New Challenges**. New York: Oxford University Press, 2002.

GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. & LINZ, J. **Political Parties, Old Concepts and New Challenges**, New York: Oxford University Press, 2001.

MAINWARING, S., Brinks, D., & Pérez-Liñán, A. Classifying political regimes in Latin America,

1945-1999. **Studies in Comparative International Development**, v. 36, n.1, p.37-65. 2001.

KINZO, Maria D'Alva. Os partidos políticos: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **RBCS**, v. 20, n. 57, fev. 2005.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria; PIMENTEL JR., Jairo. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, 2007.

PRZEWORSKI, Adam, Michael Alvarez, José Antonio Cheibub, and Fernando Limongi. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.

WATTENBERG, M. "Party Identification and Party Images: A comparison of Britain, Canada, Australia and United States". **Comparative Politics**, v.15, n.1, 1982.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, Socialism, and Democracy**. New York: Harper& Brothers, 1947.

WEBB, P. Political Parties in Britain: Secular Decline or Adaptive Resilience? In: **Political Parties in Advanced Industrial Democracies**, Oxford: Oxford University Press, 2002.